REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Preços da assignatura	Anno — 36 n.os	Semest. — 18 n.os	Trim. — 9 n.os	N.º á entrega
Portugal (franco de porte, m. forte)	3$800	1$900	$950	$120
Possessões ultramarinas (idem)...	4$000	2$000	—$—	—$—
Extrang. (união geral dos correios)	5$000	2$500	—$—	—$—

15.º Anno — XV Volume — N.º 470

11 DE JANEIRO DE 1892

Redacção — Atelier de Gravura — Administração

Lisboa, L. do Poço Novo, entrada pela T. do Convento de Jesus, 4

Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos á administração da Empreza do OCCIDENTE, sem o que não serão attendidos. — Editor responsavel, Caetano Alberto da Silva.

CHRONICA OCCIDENTAL

De todas as operas antigas e modernas do repertorio de S. Carlos aquella que exerce maior poder de fascinação sobre o publico de Lisboa, é precisamente aquella que na primeira noite em que se deu o encontrou hostil, de lance em riste em defeza das velhas tradicções do seu theatro lyrico, mas que n'essa primeira noite logo o levou de vencida e o obrigou a fazer-lhe uma das maiores ovações que nenhuma obra musical tem alcançado no nosso paiz — a *Carmen* de Bizet.

E d'então para cá a famosa opera apparece todos os annos no cartaz porque as emprezas teem a certeza de que bem ou mal cantada, essa opera lhes dará sempre um bom par de enchentes, de enchentes que as outras operas, mesmo as mais famosas e celebradas, lhes não dão senão quando o seu desempenho é excellente.

Este anno a *Carmen* lá appareceu mais uma vez no palco de S. Carlos, e appareceu com uns attractivos novos que fizeram d'ella um verdadeiro acontecimento artistico.

Ha coisa de dez annos estivera no nosso theatro lyrico uma artista muito nova ainda, que como cantora não agradára muito, mas que se tornara notavel pela sua belleza.

Essa cantora chamava-se Adelia Borghi.

Os annos foram passando e Adelia Borghi foi caminhando, e ella que pelos primeiros passos que dera em S. Carlos, não parecia destinada a ir muito longe chegou rapidamente a ser uma celebridade.

E' verdade que teve o bom senso de para isso escolher o caminho mais curto.

Fazendo muitas operas, Adelia Borghi apaixonou-se especialmente por duas ou tres e dedicou a essas suas preferidas todo o seu cuidado, todo o seu talento, todo o seu estudo.

E d'ahi o ella ser dentro em breve notavel n'essas operas escolhidas, a ter a fama de ser d'ellas uma das mais completas, senão a mais completa interprete no mundo lyrico contemporaneo.

Essas operas queridas de Adelia Borghi, em que é considerada la fóra como uma das primeiras, são a *Carmen* e a *Mignon* e foi precisamente para cantar essas duas operas em que tem nome universal, que a empreza de S. Carlos a escripturou, por um mez apenas, e foi na *Carmen* que ella *debutou* em S. Carlos na noite de 5 do corrente.

Foi n'essa mesma noite que eu fiz tambem o meu *debute* em S. Carlos, *debute* que me permitte dar-lhes conta d'essa representação da *Carmen* que alem do grande attractivo de ser a estreia da cantora que é hoje tida como uma das primeiras Carmen do mundo lyrico, tinha tambem o de apresentar no papel de Dom José, um grande tenor, o sr. Gabrielesco, um tenor do grande repertorio e um dos tenores mais distinctos e notaveis que n'estes ultimos tempos teem vindo a Lisboa.

A enchente no theatro foi enorme, das maiores que temos visto em S. Carlos.

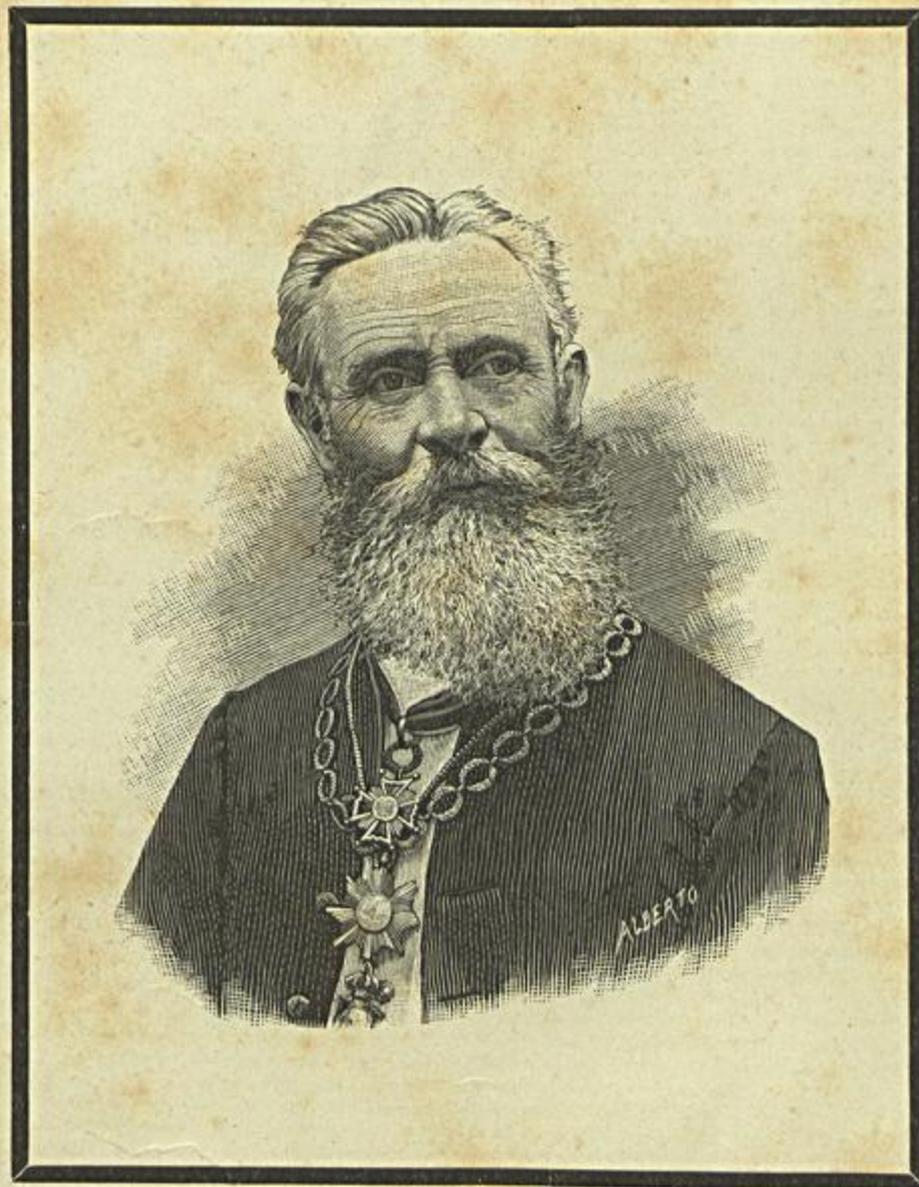
Na platea, á porta da geral uma multidão enorme; os camarotes todos cheios e cheios a abarrotar como os carros americanos em dia de festa.

Mancinelli, subiu para a sua cadeira de regente, a orchestra começou o preludio da famosa opera, aquelle preludio scintilante de alegria de vida, de talento que nos transporta logo o espirito á radiosa Hespanha.

A opera começou e o publico esperava anciosamente a entrada da Carmencita.

Quando ella entrou todos os binoculos se assestaram.

Era a perfeita Carmen de Merimée com o seu olhar provocante, a flôr vermelha entre os labios mais vermelhos ainda, o seu andar voluptuoso e *canaille*.

Adelia Borghi cantou a sua *habanera* de entrada, aquella deliciosa habanera que Biset calcou sobre um motivo de Yradier e na sala estrondeou triumphal ovação.

SEBASTIÃO PHILIPPES MARTINS ESTACIO DA VEIGA

DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS. — FALLECIDO EM 7 DE DEZEMBRO DE 1891

(Segundo uma photographia)

Nunca essa habanera produzira aquelle effeito electrico.

E' que apezar de ter sido cantada por artistas de cathegoria muito superior, apesar da Patti lhe ter prestado todo o encanto prestigioso da sua voz d'ouro, nunca nenhuma soubera accompanhar a nota com a palavra, com a expressão, como o fez Adelia Borghi.

E o publico comprehendeu logo que tinha diante de si uma Carmen differente de todas as outras que tinha visto até então, uma Carmen estudada *d'après nature*, com todo o cuidado d'uma comediante distincta, que podia não ter uma voz magnifica, mas que tinha um magnifico talento e que não se limitava a cantar a opera de Biset, que fazia alguma coisa mais e melhor, que estava disposta a represental-a.

E todo esse acto foi pela senhora Adelia Borghi representado magistralmente, não lhe esquecendo a mais pequena minuciosidade, não descurando o mais ligeiro pormenor e fazendo até no fim do acto uma inovação graciosa e que não deixa de ser logica com o caracter do personagem — repartindo entre o capitão e o D. José as promessas d'amor, que as outras Carmens só ao capitão faziam.

No segundo acto a sr.ª Borghi manteve a mesma linha correcta de comediante mas agradou menos ao publico: primeiro porque o publico achou demasiadamente pesada a sua *toilette* de zingara, segundo porque habituado a ver as Carmens não dançarem ou dançarem então uns bailados muito italianados, não gostou da maneira de dançar da sr.ª Borghi, maneira que a julgar pelo escrupulo com que cuidou todo o papel, deve ter sido estudada nas verdadeiras danças que se bailam nas espeluncas de Sevilha.

No terceiro acto é que temos um pequeno reparo a fazer ao jogo scenico da illustre cantora.

Gostámos muito d'ella em todo esse acto e especialmente do modo como ella fez a scena das cartas, gostámos da maneira como interpretou a scena final, mas do que não gostamos foi da mimica com que terminou essa scena, uma pantomima de mãos, querendo fazer perceber ao publico o que se passava no espirito do personagem e que só pelo expressar physionomico devia ser traduzido, mimica mesquinha e de todo o ponto impropria do personagem, da opera, e do talento distinctissimo d'Adelia Borghi.

O quarto acto, a scena da morte foi um verdadeiro triumpho para a grande cantora e para o illustre tenor Gabrielesco.

Foi n'essa scena oue verdadeiramente Gabrielesco se ergueu a toda a altura da sua justissima reputação. Durante toda a opera o illustre tenor achou-se um pouco deslocado n'um genero que não é o seu, sem poder tirar todos os effeitos da sua bellissima voz e do seu notavel talento.

Cantou muito bem a aria da flor no 2.º acto que lhe valeu muitos applausos, mas o seu grande successo foi o famoso duetto do 4.º acto que elle cantou com brilhante energia dramatica pertencendo-lhe, apesar do notavel desempenho da sr.ª Borghi as honras d'este trecho.

Na *Carmen* ouvi dois artistas que o publico de Lisboa já conhecia, mas que para mim debutante n'essa noite, eram absolutamente novos, a sr.ª Bronat e o sr. Palermini.

A sr.ª Brouat agradou-me immenso, cantou esplendidamente toda a opera e é a Michaela melhor que tenho ouvido em S. Carlos, distanciando-se immenso de todas as que a precederam.

O sr. Palermini no papel de Escamello agradou-nos menos; os couplets do *Torieador* deixaram a desejar, mas terminou-os bem o que lhe valeu ser applaudido.

E aqui teem rapidamente as minhas impressões da primeira noite da *Carmen* d'este anno, que seguramente é a melhor que temos ouvido em S. Carlos.

Esperamos agora a sr.ª Adelia Borghi na *Mignon* em que nos dizem ser tambem notabilissima.

Na opera de Ambroise Thomaz, porém, a illustre artista tem mais difficuldades a vencer perante o publico de Lisboa, porque está ainda na memoria de todos que frequentam S. Carlos a extraordinaria Mignon da Van-Zandt.

*
* *

Fóra do theatro de S. Carlos houve mais duas novidades theatraes: a *Missão delicada* comedia em 3 actos de Bisson traduzida pelo sr. Carlos Borges, representada no theatro do Gymnasio na noite do beneficio da talentosa actriz Jesuina juntamente com uma comedia n'um acto original do festejado actor Queiroz *A Familia Bezerra*, e o *Diogo Alves* drama em 5 actos e 1 prologo original do sr. Eça Leal, representado no theatro do Principe Real na noite do beneficio do actor Brandão.

Por uma coincidencia muito desagradavel para todos, beneficiados, emprezas, auctores, criticos e publico, muito facil de evitar, mas que por uma singularidade exquisita se não evita e se repete amiudadas vezes, essas duas representações cahiram na mesma noite.

E' claro que tendo a escolher entre a *première* d'um original, e a *premiere* d'uma traducção, optámos por aquella e fomos ao theatro do Principe Real ver o *Diogo Alves*.

Encontrámo nos lá em muito boa companhia, muitos homens de lettras, artistas, jornalistas, criticos uma companhia que era muito boa para nós mas muito má para a peça.

O *Diogo Alves* não é um drama litterario, não é um trabalho feito para as plateias delicadas: é um dramalhão, um melodrama no genero do velho Beauchardy, feito exclusivamente para as plateias populares.

Ora é claro que feito para um publico e representado diante d'outro muito differente o *Diogo Alves* na primeira noite foi recebido com certa frieza quasi hostil.

E entretanto a peça do sr. Eça Leal tem condições para fazer carreira e para agradar ao publico a quem é destinado, tem sobre tudo as scenas tetricas porque esse publico morre, as mortes, os crimes, os chouriços de sangue que são o prato dilecto das plateas populares.

Entendendo — não sei se bem se mal; o successo da peça o dirá — que não devia alterar em coisa alguma os factos da vida de Diogo Alves, que o publico do Principe Real desde o momento em que lhe davam uma peça tendo por protogonista o celebre fascinora, quereria que para ali lh'o apresentassem tal qual elle era, com todo o seu odioso, com todo o seu rosario de crimes, o sr. Eça Leal furtou-se cuidadosamente ao trabalho aliás facilimo de fazer em torno da vida do seu protogonista uma fabula qualquer, dramatica, uma acção theatral que desse á peça o que lhe falta, o interesse e a commoção.

Na primeira noite o publico letrado não lhe perdoou essa fidelidade excessiva á historia do monstruoso fascinora que não teve em toda a sua vida uma coisa sequer sympathica: pode muito bem ser que o publico ingenuo das outras representações lhe agradeça essa fidelidade e lh'a pague com successivas enchentes.

Não se pode dizer nada do exito da peça do sr. Eça Leal, senão depois da sua segunda representação, que no fim de contas vem a ser a primeira, pois é aquella que é dada para o publico para quem a peça foi feita.

*
* *

Fora dos theatros temos uma noticia triste, a da morte do sr. Joaquim Gonçalves, o distincto jornalista portuense, que ha annos estabeleceu a sua residencia em Lisboa onde dirigia com notavel talento a parte politica do jornal o *Tempo*.

O sr. Gonçalves succumbiu a um typho que o attacou em seguida á *influenza*.

O seu cadaver foi transportado para o Porto, terra da sua naturalidade onde se lhe fizeram pomposos funeraes.

Que descance em paz!

*
* *

Durante a nossa forçada e longo ausencia d'esta chronica accumularam-se sobre a nossa mesa numerosos livros de que temos que dar conta aos nossos leitores, e entre elles, ao de cima, figuram a *Belgica*, do sr. Zeferino Brandão, *Rindo*, contos de Colette prefaciados pelo sr. Fernandes Costa, e *Endeixas e Madrigaes*, versos do sr. Alfredo da Cunha.

D'estes e dos outros fallaremos n'uma das nossas proximas chronicas, logo que os acontecimentos da semana nos deem um bocadinho de folga e de espaço.

Gervasio Lobato.

ESTACIO DA VEIGA

(SOCIO DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA)

Acaba de fallecer, de deixar esta terra de ingratos como lhe chamou Almeida Garrett, o nosso grande archeologo Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga, esse incansavel erudito que em vida foi socio correspondente da Academia real das sciencias, da sociedade de geographica de Lisboa, do instituto de Coimbra, da sociedade broteriana de Coimbra, do imperial instituto archeologico germanico de Roma, da sociedade franceza de archeologia, da real academia de historia de Madrid, da sociedade economica de Malaga, da academia de archeologia da Belgica, do instituto archeologico e geographico de Pernambuco, collector e fundador do museu archeologico do Algarve.

Morreu este grande trabalhador que no dizer das *Novidades*, um dos nossos diarios mais litterarios, «era um homem trabalhador e modesto, possuidor de uma vasta erudição e que fizera da sciencio o seu *labor amoris*, passando a vida inteira entregue a arduas e difficeis investigações e a um trabalho constante e indefesso. A sciencia deve-lhe alguns serviços bastante valiosos, e a organisação do museu archeologico do Algarve, injustamente esquecido n'uma loja da academia de bellas artes, representa, inquestionavelmente, um dos maiores Estacio da Veiga conseguiu, á custa de immensos cansaços e sacrificios, reunir ali elementos para a apreciação completa da physionomia geologica do Algarve. Por occasião do congresso de anthropologia e archeologia prehistorica, todos os sabios estrangeiros, que vieram a Lisboa visitaram o museu archeologico do Algarve, e renderam ao seu devotado collector o mais alevantado elogio. E com esses singelos testemunhos se contentou sempre o espirito desinteressado de Estacio da Veiga, nunca pedindo coisa alguma para si, a não ser a protecção, que lhe foi sempre regateada, para o seu interessante museu. Como dissemos já, possuia uma vasta erudição. Faltava-lhe, talvez, o espirito synthetico, a critica superior e um processo logico de classificação, mas é incalculavel a somma de materiaes e o numero de factos e de documentos importantes que elle conseguiu reunir e dispor na sua obra principal, as *Antiguidades monumentaes do Algarve*.

Quem conheceu a maleabilidade do talento de este investigador e verdadeiro fanatico pelas couzas portuguezas, fica d'isto convencido na passagem do seu espirito em uma grande variedade de trabalhos affirmados hoje nas bibliothecas mais illustres do mundo scientifico — desde 1866 a 1891.

Por isso que, Estacio da Veiga, quando em 1866 publicava o estudo botanico das *Plantas da serra de Monchique*, passava immediatamente a publicar *os povos balsenses, sua situação geographica — phisica indicada por dois monumentos romanos descobertos em Tavira*; e pouco depois vinha a lume o *Romanceiro do Algarve*, esse delicioso volume de 204 paginas que o nosso academico publicou no *Futuro* e na vetusta *Nação* de 1858 a 1860 e de que foram alguns romances transcriptos no *Romanceiro Geral* do nosso amigo Theophilo Braga. Não descança o infatigavel trabalhador e a pouco trecho temos as *Antiguidades de Mafra* (1879), a celebre decifração da *Fabula de bronze de Aljustrel*, lida deduzida e commentada em uma memoria apresentada á Academia Real das Sciencias em 1876; *Memoria das antiguidades de Mertola* observadas em 1877 e relatadas pelo nosso erudito academico em 1880; cinco annos depois publica Estacio a monumental carta archeologica historica do Algarve e no anno seguinte, 1886, vem á luz da publicidade as *Orchideas de Portugal*.

Elle tinha, o grande archeologo, como João Bonança o seu intimo amigo e companheiro, o estylo facil e attrahente que constitue um poderoso auxiliar para a propaganda scientifica.

Correspondia-se com todos os sabios do mundo da sciencia e estava a par de todas as modernas investigações. A geologia, a paleoethnologia e a prehistoria eram o assumpto favorito dos seus labores; um schisto, um *fossil*, deviam-lhe maiores cuidados do que o mais aquilatado brilhante das minas africanas.

Como homem de lettras, conhecia profundamente a nossa historia e a litteratura de todos os povos. Foi um poeta distinctissimo, um verdadeiro gentil homem pelo porte e pela figura aristocratica.

Abandonou a vida dos salões da alta aristocracia, do tempo que esta havia prestigio e sabia dominar, pelos aridos estudos sobre esse grande livro da Terra em que as paginas são de grez, bronze, ferro ou pedra.

Adorava o nosso povo, pela sua simplicidade, pelo seu viver honesto e digno nas suas modestas mas encantadoras aldeias.

No precioso *Romanceiro do Algarve* nos confessa Estacio da Veiga a verdade do que aqui deixamos escripto.

«Já vivi eu essa vida de encantos e de enlevos,

vida toda prazer, e toda esperança, que muito não durou ella, porque é da natureza da felicidade humana o não contar jámais alongada duração; mas conheço-a, porque a gozei com o peito dominado dos mais bellos sentimentos, e recordo-a com doce magoa, porque, para que d'ella nunca me esquecesse soube eu guardar no coração uma saudade».

*
* *

Desde 1886 a 1891 empregou-se Estacio da Veiga em publicar quatro volumes intitulados *Antiguidades monumentaes do Algarve.*

No primeiro volume, 1886, realisa Estacio da Veiga a apresentação do seu trabalho queixando-se de que os homens dirigentes dos negocios do Estado só attendem á politica deixando ao abandono tudo que representa trabalho e verdadeira dedicação civica, porque isso não representa para elles serviços politicos a esta ou áquella summidade. E' n'este volume que vem a celebre carta archeologica tão conhecida e elogiada pelos sabios estrangeiros, Virchow, Cartailhac, Henri Martin, de Lauriére e de Ceuleneer.

Este volume termina com o primeiro clarão, fogaz, bruxeleante, da noticia surprehendente d'esse segredo em que se tem escondido até hoje a origem da especie humana: — Dos asiaticos viveiros da procreação, onde as leis da evolução tinham completamente transformado os anthropoides em athropopithecos, estes primeiros artistas em homens dolicocephalos, e estes ainda imperfeitos viventes em apurados brachycephalos, saíram em grupos compactos os novos povoadores do mundo, tomando orientações diversas, e não parando senão onde a propria terra tinha por limitte a grandeza dos mares. Os transfugas chegaram até á ultima raia da terra firme; o viveiro era enexgotavel; deu para tudo! Saíram com o espirito já dominado de superstições; mas no coração d'esses desertores é que ainda não tinha raiado o sentimento saudoso da patria; pois não ha provas de torna viajem.

A patria... era o mundo!

O grupo que sabia talhar, polir e gravar pedaços de schisto, lascar pontas triangulares de silex e fabricar vasos de suspensão, dividiu-se em dois bandos: um d'elles não sahio do seu hemisferio e veiu parar n'esta zona occidental da Europa, e o outro, mais audacioso e temerario, passou ao hemispherio opposto e chegou até á extremidade meridional da America austral. Mais para o sul só havia a Terra do Fogo.

Comprovam esta asserção de Estacio da Veiga, os estudos feitos nas Americas hespanholas por Ameghino e F. P. Moreno, onde foram encontradas placas de schisto identicas ás que aqui, em Lisboa, o fallecido Carlos Ribeiro mostrou ao sabio Ameghino.

Não ha noticia d'estes artefactos prehistoricos senão em Portugal e na America do Sul.

No segundo volume das *Antiguidades do Algarve* publicado em 1887, trata o erudito academico de instrumentos neolithicos isolados, sua dissiminação por cento e treze logares pertencentes aos quinze concelhos do districto de Faro, ordenação devida para estes instrumentos afim de por ella se fazer a comprovação da carta paleoethnologica do Algarve; habitações terrestres subterraneas; impugnação da tradicção historica que attribuia a celleiros mouriscos estas habitações, epocha a que são referidas; comprovacão de que Portugal é o unico paiz que tem manifestado placas de schisto com gravura ornamental; varias noticias respectivas ás mais antigas manifestações ethnicas, vestigios ethnicos do Algarve; Fauna esparsa; estudos geologicos e paleontologicos em Portugal. Um apendice deduzido de uma obra publicada já depois de escripto e impresso este volume, *Recherches sur les terrains secondaires au sud du Sado*, fecha este tomo que occupa mais de seiscentas paginas.

No terceiro volume, 1889, trata o auctor, da transição da ultima edade dos metaes manufacturados; discute e repelle a theoria que faz succeder a idade do bronze á ultima edade da pedra em toda a Europa e reprova, um a um, os principios de que se pretendeu derivar esta theoria; descreve toda a riqueza metallifera da Peninsula e de outros paizes do Occidente; quadro geral das minas do Algarve; caracteriscos que representam na região do Algarve a *transição* da ultima idade da pedra para a primeira dos metaes, a *idade do bronze* e a *primeira idade do ferro*; a vasta região cuprifera de Portugal e da Hispanha; cobre nativo; conclue n'este capitulo que a industria metallurgica foi na região cuprifera a immediata successora da ultima industria da pedra; transição do periodo neolithico para a primeira edade dos metaes; auctores e obras que contribuem para demonstrar que a idade do cobre na Peninsula succedeu ao periodo neolitico e idadde de bronze; escalpelisação da obra dos irmãos H. e C. Siret, *Les primiers âges du metal dans le sud-est de l'Espagne.* É este volume um dos mais interessantes ao verdadeiro amigo das cousas portuguezas, por que é n'elle que o archeologo, o escriptor, o patriota, — porque todas estas qualidades tinha o que em vida se chamou Estacio da Veiga — mais se affirma e melhor demonstra o desinteressado amor patrio, atravez de todos os dissabores causados pela ignorancia e pelo absoluto desprezo por tudo que, sendo a gloria da nação, é ao mesmo tempo o incentivo á marcha civilisadora que colloca os povos na vanguarda do progresso.

(Continúa.) *Manuel Barradas.*

AS NOSSAS GRAVURAS

CASTELLO DE MARVÃO

Marvão é uma villa do Alemtejo, antiga praça d'armas, na fronteira portugueza, 6 kilometros a O. da Extremadura Hespanhola, e distante 12 kilometros de Valencia d'Alcantara, povoação do reino visinho que lhe fica mais proxima.

E' povoação fundada pelos herminios e occupada depois pelos mouros em 770 da era christã, derivando o seu nome do mouro *Maruan*, senhor de Coimbra que a mandou povoar.

Em 1166 D. Affonso Henriques conquistou aos mouros esta povoação, e o rei D. Diniz lhe mandou construir o castello, que cercou de muralhas, em 1299.

Este castello está construido no plato de um dos mais altos cabeços da serra de Marvão, assim como a villa, o que torna de difficil accesso uma e outra cousa.

Para o Norte, Sul e Oeste é o monte formado de rocha viva, cortada quasi que a prumo até um profundissimo valle, cheio de quebradas e de tão escarpada penedia que é impossivel o accesso.

Só do lado de Leste é que é possivel o occesso, porque as rochas offerecem declives menos precipitados, havendo duas ladeiras ingremes e tortuosas de mau caminho.

E' d'este lado a fronteira e por isso são tambem d'este lado as principaes fortificações da praça de guerra.

A primeira muralha está construida no fundo do monte, tendo por fosso natural o rio Aramenho. O castello está a Oesta da villa.

Este castello soffreu grandes reparações durante a guerra da restauração, de 1640 a 1608 e não sabemos que depois d'isso lhes fossem feitos mais reparos.

E' o castello de Marvão um dos mais historicamente celebres na defeza do paiz contra os ataques dos nossos visinhos em epochas que vão distantes, e ainda nas luctas da liberdade, em 1833 tomou parte importante.

PONTE SOBRE O RIO INCOMATI

NO CAMINHO DE FERRO DE LOURENÇO MARQUES A PRETORIA

Esta ponte, ha pouco aberta á circulação, é uma das obras mais importantes do caminho de ferro de Lourenço Marques a Pretoria.

Fazendo parte da ultima secção d'este caminho de ferro em territorio portuguez, atravessa o rio Incomati um pouco a montante das cachoeiras Ajitubalem proximo da confluencia do rio Miguenha ou Crocodilo.

N'este ponto a paizagem é das mais sorridentes pela variedade da vegetação umberrima como só se encontra n'aquellas paragens.

Não foi sem grandes deficuldades que se fez a construcção d'esta ponte, pelos obstaculos que o local offerecia, mas todas as difficuldades se venceram e a ponte é hoje uma das mais solidas e de mais arte que se encontram em caminhos de ferro africanos.

Mede de comprimento aproximadamente 245 metros, devidida em 7 tramos eguaes, tendo na sua maior altura 15 metros.

Está ligada a avenidas bastante extensas e toda a obra se fez em pouco mais d'um anno.

O material para esta ponte incluindo as cantarias dos pilares, foi importado da Belgica.

A construcção d'esta ponte representa um grande avanço para a completa conclusão da linha, pois que era ella uma das maiores diffidulddes a vencer, e hoje desappareceram os inconvenientes que o rio Incomati offerecia aos transportes, achando se estabelecidas relações faceis para a importação e exportação entre Lourenço Marques e Pretoria.

MONUMENTO A D. PEDRO IV

NA ILHA TERCEIRA

N'uma das eminencias proximas de Angra do Heroismo, na ilha Terceira, ha um sitio vulgarmente conhecido pela denominação de *Castello dos moi-hos.* Foi ahi que se levantou, ha cerca de quarenta annos, um singelo monumento formado por um oblisco, a D. Pedro IV, que residiu alguns mezes no palacio do governo d'aquella cidade onde tambem se celebraram as sessões da Regencia, presidida pelo duque de Palmella.

A idéa patriotica de commemorar por essa forma a estada nos Açores do rei-soldado, é, segundo cremos, devida ao conselheiro José Silvestre Ribeiro, que ali exerceu por espaço de alguns annos o importante cargo de chefe do districto.

O local do monumento não podia, em verdade, ser mais bem escolhido, já porque elle se avista de toda a parte, já porque d'ali se descobre um um vasto e bello panorama — a cidade quasi toda, é para além d'ella a immensa vastidão do mar, sem o qual não ha paisagem completa, como disse o inspirado Lamartine.

EGREJA DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA

EM GUIMARÃES

(Continuado do n.º 469)

Tanto augmentou a devoção dos fieis para com a imagem de Nossa Senhora da Oliveira, e por tal modo se estendeu pelo reino essa devoção, que em poucos annos era um dos sanctuarios de Portugal mais afamados e concorridos de romagens. Foi por esta razão que o mestre de Aviz, quando se achou á frente da heroica empreza de defender a independencia nacional, e se viu, com as suas tropas pouco numerosas, bisonhas e mal armadas, na presença do exercito castelhano, incomparavelmente mais poderoso pelo numero, pela disciplina e pelo armamento; quando viu pendentes da sorte de uma batalha, no memoravel dia 14 de agosto de 1385, os destinos da gloriosa monarchia de Affonso Henriques, recorreu, cheio de fé e de esperança, á intercessão de Nossa Senhora da Oliveira. E prostrado ante o altar no proprio dia em que ia ferir-se a peleja, fez voto solemne, se alcançasse a victoria, de ir a pé em romaria ao templo da dita Senhora, de fazer-se ahi pesar, afim de lhe doar igual peso de prata em vasos sagrados e alfaias, e de reedificar o seu templo.

Passadas algumas horas, apenas, eram derrotados completamente os castelhanos no campo de Aljubarrota, e o seu rei fugia vergonhosamente diante de um punhado de portuguezes, deixando em poder dos vencedores o acampamento com todas as bagagens do exercito, e a tenda real com a preciosa baixella da sua recamara. Foram ouvidas as preces, e satisfeitos os desejos do mestre de Aviz; pois ficou assegurada com esta victoria a independencia de Portugal. E não se demorou o triumphador em dar cumprimento ao voto que fizera na hora do perigo. Lá atravessou a pé quasi todo o reino, para se ir prostar agradecido ante a santa imagem da Virgem. Mas não limitou a sua gratidão a fazer-se pesar a prata, e a reconstruir a igreja. Levou comsigo e offereceu á Senhora o oratorio e doze anjos de prata da capella de el-rei de Castella, que lhe foram tomados na batalha de Aljubarrota. E, não obstante tratar de erigir o sumptuoso monumento da Batalha em commemoração d'aquelle feliz successo, resolveu começar logo a transformar a velha e arruinada egreja da condessa Mumadona em um templo novo e grandioso.

Foi encarregado de fazer o risco e dirigir as obras o architecto João Garcia; e começaram os trabalhos em 1387. Treze annos depois, apesar de terem corrido as obras sem interrupção, e sempre com actividade, sómente a capella mór se achava concluida, posto que em muito adian-

tomento o cruzeiro e corpo da igreja. Mas tão impaciente estava el-rei D. João I por ver a imagem de Nossa Senhora da Oliveira reverenciada e festejada em o seu novo templo, que, sem esperar pelo acabamento da igreja, ordenou que fosse sagrada a capella-mór e se trasladasse para o seu altar a santa imagem.

Foi uma festa pomposa e em tudo régia. Celebrou-se a cerimonia da sagração no dia 23 de janeiro de 1400. Foi sagrante o bispo de Coimbra D. João de Azambuja, e assistiram a esta solemnidade e á festa da inauguração que se lhe seguiu, o arcebispo de Santiago de Galliza, D. João Manrique; D. Rodrigo, bispo de Ciudad Rodrigo; el-rei D. João I, sua esposa a rainha D. Filippa de Lencastre; seus filhos legitimos, os infantes D. Duarte, D. Pedro, depois duque de Coimbra, e D. Henrique, ao diante duque de Vizeu, e seu filho bastardo D. Affonso, conde de Barcellos, e mais tarde 1.º duque de Bragança.

Dizem que por essa occasião el-rei ficára tão descontente da obra, por não corresponder á grandeza do seu animo e dos seus desejos, que manifestára em publico o seu desagrado ao architecto, reprehendendo-o por ter sido mesquinho na traça, havendo recebido carta branca para delinear com largueza e primor. E não deve causar admiração este reparo em um soberano, que foi o fundador do templo monumental da Batalha, do qual a vastidão e magestade do edificio se alliam perfeitamente com a opulencia, primor e sabia distribuição dos ornamentos.

O corpo da igreja e cruzeiro ficaram concluidos no principio de 1401, e foram sagrados pelo mesmo prelado, sendo então bispo do Porto, no dia 23 de janeiro do referido anno.

El-rei D. João I deu ricos paramentos e outras alfaias a esta igreja, além das peças de prata, a que me referi. Impetrou e obteve do summo pontifice novos privilegios para esta collegiada, com os quaes subiu muito em auctoridade e esplendor; e, usando do poder real, augmentou em prerogativas e isenções o dom prior e os conegos, e concedeu honras e outros favores a quantas pessoas dependiam d'esta igreja. Para se fazer uma idéa da singularidade e importancia de taes privilegios e isenções, bastará dizer-se que, não só o dom prior, e as mais dignidades e conegos, mas até os seus criados, caseiros, e todo o genero de servidores eram isentos de todas as contribuições, *solitas* e *insolitas*, quer do estado quer do concelho, e não podiam ser obrigados a irem á guerra, nem a serviço ou encargo algum contra sua vontade. Todas estas isenções eram tambem concedidas aos foreiros da collegiada; de modo que não só as propriedades d'esta estavam livres de tributo ou de qualquer outro onus, mas até os bens particulares na posse dos seus foreiros, caseiros e servidores disfructavam igual favor.

Datam estes privilegios e isenções do tempo do conde D. Henrique de Borgonha, que foi o soberano que os concedeu. No correr dos seculos, por occasião de necessidades do thesouro real, quasi sempre motivadas por guerras, o fisco attentou contra taes isenções, querendo obrigar os privilegiados ao pagamento de impostos, e a outros encargos. Porém, depois das queixas dos lesados, das representações do cabido, e dos inqueritos ordenados pelo soberano para se conhecer da justiça dos queixosos pela revisão dos privilegios, e apreciação dos fundamentos com que foram onthorgados e confirmados, ficava a collegiada vencedora. Deram-se estes leitigios em differentes epochas, assignaladamente sob os reinados de D. Affonso V, de D. Manuel, e de D. Pedro II, em dezembro de 1699.

Aos favorecidos com similhantes isenções chamavam — privilegiados das *Tabuas Vermelhas*, porque todos elles se achavam inscriptos em umas tabuas pintadas de vermelho, em duplicado, das quaes uma se guarda no cartorio do cabido, e a outra no archivo da camara. A primeira é um como livro do tombo da collegiada; a segunda era um registro official para servir de guia ás auctoridades e justiça no lançamento de fintas e impostos, da distribuição de outros encargos publicos, e no julgamento das demandas sobre esse assumpto.

Conservou el-rei D. João I até ao fim da vida a mais entranhada devoção a Nossa Senhora da Oliveira; e deram-se coincidencias muito notaveis da festividade da mesma Senhora com os successos principaes da vida d'este monarcha. A victoria de Aljubarrota, que assegurou a independencia de Portugal, e a corôa na cabeça de D. João I, foi ganha por este soberano no dia 14 de agosto de 1385, em que a igreja celebra a vespera da festa da Assumpção da Virgem. Em 1415 passou esse dia atravessando o mar em direcção á costa de Africa quando ia para a conquista de Ceuta, prologo glorioso da epopeia das navegações, descobrimentos e conquista dos portuguezes. N'este mesmo dia do anno de 1433, ao cabo de 76 annos de idade e 48 de reinado, finou-se a sua heroica existencia para começar a vida da immortalidade.

Disse acima, que el-rei D. João I ficára descontente da obra da reedificação da igreja de Nossa Senhora da Oliveira, por não corresponder ao que tinha encommendado ao architecto. E na verdade de tão mal correspondeu este artista aos intuitos do soberano, que não só foi mesquinho, não direi nas proporções que deu ao templo, mas quanto á ornamentação e elegancia da igreja e até peccou por falta de solidez. Passados pouco mais de dois seculos e meio, a capella-mór, sobre acanhada, ameaçava ruina. Tratou-se então de a recons-

CASTELLO DE MARVÃO

(Segundo uma photographia do photographo amador sr. L. Cordeiro Godinho)

truir, e como era necessaria uma reedificação *a fundamentis*, recorreu o cabido á munificencia do principe D. Pedro, que depois reinou com o nome de D. Pedro II, e então governava o reino na qualidade de regente pela deposição de seu irmão, el-rei D. Affonso VI. Annuiu o regente aos rogos do cabido, não sei se auxiliando-o apenas com algumas quantias para ajuda das obras, se tomando a si todas as despezas da reconstrucção. Seria, talvez, pelo primeiro modo, considerando nas avultadas rendas do cabido e do dom prior. Fosse, porém, como fosse o que é certo é que a obra deixou muito a desejar, tanto pelo lado da capacidade e largueza precisas para as funcções, que alli se costumam celebrar, como pelo contraste anti-artistico, que fazia uma capella-mór de architectura moderna, e desataviada de ornatos, fazendo parte de um templo gothico, uma capella-mór segundo a architectura portugueza do meiado do seculo XVII, pesada, desengraçada, destituida, por assim dizer, de estylo algum architectonico definido.

Foi esta a primeira affronta que os reedificadores fizeram ao monumento do mestre de Aviz. Infelizmente foi precursora de muito maior injuria. Em tempos modernos, enfastiados os conegos da veneranda singeleza e magestosa severidade do templo do seculo XIV, e querendo gastar os rendimentos accumulados do priorado, séde vacante, lembraram-se de alindar a igreja, pondo-a á moderna, enfeitando-a garridamente, e innundando-a de luz, á custa das esbeltas ogivas das janellas, e da arcaria, que lhe dividia as naves! A cantaria ficou occulta sob os alvos estuques. Desappareceram do interior do templo, todas as suas feições gôthicas sob o brincado das douraduras. A igreja de Nossa Senhora da Oliveira ficou qual sala de baile, resplandecente de luz, de alvura e de ouro! Porém, pouco depois dos douradores terem acabado de a ataviarem, rebentou sobre Guimarães uma trovoada medonha, e despediu um raio sobre a igreja da collegiada, que percorreu todas as douraduras, sem excepção de uma só, lambendo-lhe o ouro, emblema das galas mundanas, e deixando-lhe em seu lugar a côr roxa symbolo da modestia e dos mysterios da paixão de Christo!

III

Levanta-se a froniaria da igreja de Nossa Senhora da Oliveira em uma praça, pequena, não obstante chamar-se «Praça Maior,» nome que lhe foi dado em tempo em que era, com effeito, a maior que havia dentro da cerca de muros da villa. A fachada do templo tem uma unica porta, e sobre esta uma grande janella, similhante no feitio á da igreja da Batalha. O architecto só cuidou de ornar estas duas partes da frontaria, mas soube atavial-as, principalmente a janella, com tão formosas galas da architectura gothica, que se póde dizer affoutamente, que o frontespicio da collegiada ficou obra sumptuosa.

É formado o portal por quatro arcos ogivaes, sustentados por onze delgadas columnas, tendo os espaços intermedios guarnecidos de variados lavores. A janella, começando logo por cima do portal, e elevando-se a quasi toda a altura da fachada do templo, compõe-se de outros quatro arcos ogivaes, que se vão abrindo no grosso da parede, como no portal, e diminuindo sempre em altura e largura.

Guarnecem os arcos muitas estatuas de santos, de vulto inteiro, collocadas sobre peanhas de brincados lavores, e cobertas com uns baldaquinos rendilhados. Dividem os arcos uns festões vasados, compostos de flôres, fructos e folhagem, esculpidos com a maior perfeição e delicadeza, que o granito permitte ao mais habil esculptor. Infelizmente a acção corrosiva do tempo tem deteriorado em differentes partes esta obra admiravel de arte gothica. Porém, é uma triste verdade, que ainda tem padecido mais por effeito da mão brutal dos homens, do que pelo embate das tempestades no correr dos seculos. Esses quatro arcos ogiyaes, com as suas estatuas, peanhas, baldaquinos e festões, faziam moldura a um espelho grande e formosissimo, em que a luz se coava para dentro da igreja suave e docemente, através das pinturas dos vidros, e por entre mil variados lavores esculpidas em pedra.

Os reformadores ignaros, que proscreveram do interior do templo todas as formas e ornamentos, até ao derradeiro vestigio da architectura do seculo XIV, vendo, talvez, quebrados muitos d'aquelles vidros coloridos, e despedaçadas tambem algumas partes d'aquella obra de esculptura, que lhes servia de caixilho, entenderam que a melhor e mais prompta restauração d'esse magnifico espelho era lançar-lhe o camartello, deital-o todo abaixo, e substituil-o por uma parede de cantaria lisa, com quatro oculos envidraçados um maior e os tres muito mais pequenos, distantes uns dos outros e desengraçadissimos. E ainda não contentes com este ultrage á arte e ao monumento do mestre de Aviz, lá foram enfeitar o visinho cunhal da mesma fachada com uma pilastra com seu capitel de ordem jonica!

Contigua á porta e janella da igreja, do lado esquerdo de quem entra n'ella, ergue-se a torre dos sinos, resaltando muito da frontaria do templo, e composta de tres corpos, divididos por uns cordões, e coroados por uma cupula pyramidal cercada de ameias. Não é esta torre a da reedificação emprehendida por el-rei D. João I. Essa foi demolida em 1515, e no seu lugar deu logo principio á actual torre o dr. Pedro Esteves Cogominho, ouvidor das terras do duque de Bragança D. Jayme. Colheu-o, porém, a morte quando a obra apenas chegava a um terço da altura que devia ter. Proseguiu nos trabalhos da construcção e poz-lhe o remate seu filho, o dr. Diogo Pinheiro, commendatario de diversos mosteiros, dom prior da collegiada de Nossa Senhora da Oliveira, prelado de Thomar e mais tarde bispo do Funchal.

O pavimento inferior da torre é occupado por uma capella, com duas portas, uma para a igreja e outra, ornada com varias columnas e diversidade de lavores, mas vedada com grade de ferro, que deita para a praça. Por toda a frente da torre, junto ao envasamento, e encostado á parede, está um chafariz com grande tanque. Sobre este tanque resaltam da parede da torre, aos lados da dita porta da capella, dois escudos de armas, o de el-rei D. João I e o da villa, hoje cidade de Guimarães, em que se vê a imagem de Nossa Senhora da Oliveira, que lhe deu o titulo. Por cima da porta da capella está o brazão dos Cogominhos.

A capella tem no centro um altar de pedra com a imagem de Jesus Christo crucificado entre as da Virgem Maria e de S. João Evangelista. O altar está junto á cabeceira de dous mausoleus, collocados a par um do outro. Jazem n'elles o fundador da capella e torre, Pedro Esteves Cogominho, e sua mulher D. Isabel Pinheiro. São os dois tumulos de pedra, toda lavrada em silvados arabescos e outros desenhos. Sobre as tampas estão deitadas as estatuas dos dois consortes, trajando vestidos de gala ao uso do seu tempo. Esta circumstancia, de muito apreço para o estudo dos trajos, é de tanta maior importancia, quanto é raro encontrar-se nas estatuas tumulares, que existem em o nosso paiz. Estas, pela mór parte, estão vestidas de roupas talares, sem mostrarem distinctivo algum das modas do seculo. Cérca os mausoleus uma grade de ferro.

Na frontaria do templo, ao lado do portal, da

AFRICA PORTUGUEZA — Ponte sobre o Rio Incomati, do caminho de ferro de Lourenço Marques a Pretoria

(Segundo photographia)

párte direita de quem n'elle entra, está embebida na parede uma grande lapida, com o escudo d'armas de el-rei D. João I e por baixo d'elle uma inscripção. O brazão real mostra ter sido pintado a côres e dourado. Vêem-se dois anjos a segural-o, e um outro sustenta-lhe a corôa, servindo-lhe como de timbre. A inscripção diz assim: *Era de MCCCCXXV annos do mez de Maio foy começada esta obra por mandado del Rey Dom João dado pela graça de Deos a este Reyno de Portugal: este Rey Dom João houve batalha real com El Rey Dom João de Castella nos campos d'Aljubarrota, a foy della vencedor, e á honra da victoria, que lhe deu Santa Maria, mandou fazer esta obra por João Garcia, mestre da pedraria.*

Ao tempo em que alli foi collocada esta lapida ainda se contava pela éra de Cezar; que é a que se vê na inscripção, e que corresponde ao anno de 1387 da éra de Christo.

Quem podér entrar na igreja sem pensar no delicto de lesa arte e de lesa historia, que alli se commetteu, ficará agradado das boas proporções do templo, da alta e elegante arcaria, que o divide em tres naves, e das torrentes de luz, que das suas amplas janellas e da cupula do cruzeiro se derramam por todo o seu interior, tornando resplandecentes a alvura e polimento dos estuques e fazendo scintillar as douraduras, que ornamentam profusamente os altares, os arcos e paredes das naves e todo o tecto. Porém, se se considerar em que essas torrentes de luz, e esses mesquinhos ouropeis foram obtidos á custa da profanação do menumento, pela destruição de todas as suas feições gothicas, sentir-se-ha pesar e indignação.

Se a igreja não conserva vestigio algum da sua antiguidade, possue, todavia, uma antigualha do mais alto preço, que lhe não pertencia, mas que para alli levaram no seculo XVII. Junto á porta do templo, á esquerda de quem n'elle entra, esta um nicho aberto na grossura da parede, e fechado cem porta de grades de ferro. Dentro vê-se uma pia baptismal, tosca e grosseiramente lavrada em granito ennegrecido pelo correr dos seculos. Não tem lavores, nem feição alguma, que caracterisem um estylo architectonico. Não é uma obra simplesmente singela, é um trabalho rude, é uma pedra quasi informe. Mas que opulencia e que bellezas não tem esse tosco e tisnado granito das memorias historicas, que encerra! Quanto mais vale do que quaesquer excellencias e primores de arte, vasios de recordações, que os illustrem e glorifiquem! N'essa pia monumental ministrou S. Giraldo, arcebispo de Braga, as aguas do baptismo ao primeiro rei de Portugal. Na porta está um letreiro, que diz: *N'esta pia foy bautisado El-Rey Dom Affonso Henriques pelo Arcebispo de Braga S Giraldo.* E no friso do nicho, lê-se em outra inscripção: *Esta obra mandou faser Dom Diogo Lobo da Silveira, indigno Prior d'esta Igreja, no anno do Senhor de 1664.*

Achava-se esta pia, até á data acima indicada, na pequena e antiquissima igreja de S. Miguel, parochia da villa velha de Guimarães, e capella real do conde D. Henrique de Borgonha, e da rainha D. Thereza, no tempo em que viveram no castello da condessa Mumadona, visinho da mesma igreja. Este humilde templo, pobre de arte, mas rico de tradições, assim despojado da sua pia baptismal, que tanto o auctorizava e ennobrecia, ainda lá existe de pé, e não obstante pesarem lhe sobre as suas abobades mais de nove seculos, conservou-se aberto ao culto até tempos muito modernos, em que principiou a alluir-se. Felizmente acha-se restaurado, graças ao zelo religioso e patriottco de alguns vimaranenses. Resta-me oinda dizer, ácerca da pia, e com magoa o farei, que este padrão da historia de Portugal por tantos titulos venerando, não escapou á senha reformadora dos reedificadores. Julgando que lhe davam belleza, ou que lhe augmentavam a respeitabilidade com mesquinhos arrebiques, pintaram lhe um friso de azul, e douraram-lhe óutros!

No corpo da igreja ha oito capellas, quatro de cada lado. Os seus retabulos, de pintura a oleo, representando as santas imagens a quem as capellas são consagradas, tem muito merecimento artistico, e fazem honra ao seu auctor, o fallecido lente de pintura da academia das bellas artes de Lisboa, Joaquim Raphael, que os pintou pelos annos de 1846 a 1849. São estes oito paineis as obras d'arte mais importantes, que ha n'este templo, não fallando nos objectos preciosos, que se guardam no seu thesouro, na sachristia, e dos quaes tratarei ao diante.

O que ha na capella-mór mais notavel e digno de attenção é a imagem de Nossa Senhora da Oliveira, de roca, e de vestidos de seda, e brocado, recamados de ouro. Se a memoria me não falha tem de altura um metro, pouco mais ou menos. Refere a lenda que a trouxera a Guimarães, isto é á villa velha, o apostalo S. Thiago, e que a collocára em um templo gentilico, que alli existia dedicado a Ceres, o qual fôra n'essa occasião purificado e consagrado á Virgem pelo dito apostolo. Diz mais a lenda que n'esse templo se conservou a imagem, até que a condessa Mumadona a trasladára para a igreja do seu mosteiro, onde tem permanecido até hoje. Segundo a opinião de alguns antiquarios, a actual igreja parochial de S. Paio occupa o logar em que se erguia o mencionado templo de Ceres.

Ainda que a imagem da Virgem não tenha tanta antiguidade, como a lenda lhe attribue, é sem questão antiquissima, e tem toda a probabilidade de ser do tempo da condessa Mumadona.

(Continúa). *R.*

A MÃE DE CAMÕES

(Continuado do n.º 463)

Trata-se pois do amor, tormento do poeta desde quasi o principio da sua vida, e não da ama que o sr. Storck julga que Simão Vaz de Camões deu ao filho por lhe ter morrido a mãe apenas nascera. Nem sei como os seguintes versos que se applicam ao amor com a maior exacção:

> Assim criado fui, por que bebesse
> O veneno amoroso de menino,
> Que na maior edade beberia,
> E por costume não me mataria,

podem ser applicados a uma ama que o amamentasse, porque o poeta não escreveria, referindo-se-lhe, que foi criado por uma ama similhante na crueldade a uma fera, para que logo bebesse em criança o veneno amoroso que depois beberia, já homem, etc., quando só cabia aqui, sendo a supposição do sr. Storck verdadeira, approximar os máos tractos da fortuna que o perseguira sempre dos que recebeu com o leite de quem era natural dar-lhe afagos em vez de maos tratos.

E que necessidade tinha o poeta, se as expressões—foi minh'ama uma fera valessem o que o sr. Storck imagina (e o mesmo digo quanto ás outras,—quando vim da materna sepultura—), que necessidade tinha de expressal-as de um modo enigmatico e sujeito a varias interpretações, como se diligenciasse adrede esconder os seus pensamentos? Porque, se não havia nenhum receio de os desenvolver, nenhuma conveniencia poetica de occultal-os tanto? Bastava que se servisse do mesmo estylo que domina em toda a canção, vago, escuro ás vezes, mas bello d'aquelle mysterio encantador que parece desprender-nos quasi a ideia dos versos que lemos, e, de vôo em vôo, transportal-a após a alma de quem lhes deu vida, enlevada, como que embriagada no perfume e na harmonia que do intimo d'esta se derramam. Assim é que procederia Camões, se quizesse pintar o que se lhe attribue.

Faria e Sousa interpretou fera: «muger libre, porque estas tales mugeres se llamam lobas»; e sabe Deus que influencia não teria o seu juizo, como de portuguez, quasi contemporaneo de Camões e seu commentador, no modo de pensar do sr. Storck!

Levado pelos seus raciocinios continúa o sr. Storck:

«Ponderando ainda que o poeta, que tem tantas palavras doces e maviosas para seus amigos e protectores, não dedica um só verso a sua mãe, não a saúda uma unica vez, nem mesmo a menciona em nenhuma poesia ou carta que conhecemos—falta esta de carinho que não se explica nem pelo caracter da Renascença, nem pela imitação dos classicos antigos em um homem tão independente e original como Camões,—somos levados pelos factos a affirmar, embora pareça ousadia, que Anna de Macedo, [1] mãe do poeta, morreu ao dar á luz o seu unico filho Luiz Vaz, e que Anna de Sá, [2] segunda mulher de Simão Vaz, era portanto a madrasta do poeta. Esta conjectura remove de vez todas as difficuldades.».

Deixando a ultima parte d'este paragrapho para depois ser tratada, farei desde já alguns reparos ao resto. A razão de Camões nem sequer nomear a mãe nos seus versos nada prova. Desde que o era devia fazel-o; nem a falta de convivencia com ella, nem a convivencia com a supposta madrasta importam coisa alguma para o desculparem; antes, haver causado o seu nascimento a morte a sua mãe, e não gosar os seus carinhos, porém sim os de uma pessoa extranha, deviam leval-o a prantear a immensa perda que experimentara logo ao entrar na vida, e a contar essa, como já disse, pela primeira e maior das suas desgraças. Não a nomeou, do mesmo modo que não nomeou seus parentes, nem sua madrasta, que, segundo o sr. Storck lhe serviria de boa mãe, nem seu proprio pae, seu pae, que se crê pelejou a seu lado, que talvez o instruiu no duro mister das armas, e que naufragou n'esses mares que o poeta percorreu e illustrou com as suas longas peregrinações, sem que por isso se conclua que parentes, madrasta e pae morreram todos quando elle nasceu. Não os celebrou, nem sequer nomeou, porque era esse o uso dos poetas do seu tempo, assim como dos anteriores e dos posteriores até ao estabelecimento da escola romantica. O amor da familia, esse manancial inesgotavel de poesia, tão natural, tão abundante, póde se dizer que não se reflectia nas suas obras. Se brotava, era como que a medo, e como rara excepção. Cantavam o amor da mulher, a patria, a religião, os reis, os principes, os grandes, os sabios, os acontecimentos publicos, a mythologia, a amisade, e essa mesmo sem as meigas lembranças dos primeiros annos, mais moralisando do que sentindo; porém não o conchego do ninho paterno, as caricias, os beijos dos paes, os brinquedos da meninice, e os mil affectos que se ligam e nos ligam a todos esses oasis da existencia, para os quaes, á medida que nos vamos adiantando n'ella, mais volvemos os olhos e o coração com amarga saudade. Nem a morte dos entes que os geraram, nem a dos irmãos, nem a dos filhos sabiam, por via de regra, arrancar-lhes da lyra aquellas notas palpitantes de dor, de paixão e de desespero, que tanto ao vivo retratam a humana natureza nos melhores poetas modernos. Se lamentavam algumas d'estas perdas, faziam-o sem relevo, philosophicamente, e applicando-lhes logo o conforto da religião, porém de tal maneira que n'ella suffocavam o sentimento. Do que aponto são exemplos, entre outros, além de Camões, Bernardim Ribeiro, Ferreira, Caminha, Bernardes, Sá de Miranda, Garção, Diniz, Filinto e Bocage. Não quero dizer com isto que não tivessem nem compreendessem o amor da familia, tinham-o e compreendiam-o, porém não julgavam conveniente manifestal-o,

O mesmo que acontece em Camões com relação ás poesias nota-se quanto ás cartas, se com effeito lhe pertencem, mas persuado-me, a conhecermos a sua correspondencia epistolar, ou ao menos uma parte importante d'ella, que ahi encontrariamos bastas demonstrações da estima que tributava aos que lhe pertenciam pelo sangue.

«Julgo encontrar fundamento, escreve mais o sr. Storck, para a consolidação da minha hypothese em trez documentos legaes, descobertos por Juromenha no Archivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa, e publicados na edição de 1860. São alvarás de el-rei Filippe II de Hespanha (e I de Portugal), dados em Lisboa, os dois primeiros no anno de 1582, isto é, durante a estada do usurpador castelhano na capital lusitana, um a 31 de maio, e o outro a 13 de novembro. O terceiro é datado de 5 de fevereiro de 1585.»

Para proceder com clareza e lealdade transcreverei aqui esses documentos que teem servido de confirmar que Anna de Sá era a mãe de Camões, e que servem agora para provar que ella é madrasta.

«Eu El-Rey faço saber a vós João rodrigues de palma cavaleiro fidalgo de minha casa Recebedor do dinheiro do hum por cento e obras pias ou a quem o dito cargo servir que eu ey por bem e me praz fazer merce a Ana de Sá mãi de Luis de Camõis de seis mil reis cada anno dos quinze mil reis de tença que vagaram pello dito seu filho, avendo respeito aos serviços que elle fez na India e no reyno, e a ella Ana de sá ser muyto velha e pobre, e delle não ficar outro erdeiro pello que vos mando que de vinte e dous dias deste mes de mayo do anno presente de D.LXXXII em diante em que fiz esta merce á dita Ana de sá lhe deis e pagueis os ditos seis mil reis cada anno aos quarteis por este só aluará sem mais outra prouisão e pello trellado delle que será registado no Livro de vosa despesa pello escrivão de voso cargo com seus conhecimentos mando que vos sejão leuados em conta, e esto ey por bem que valha & na forma Gonçalo Ribeiro o fez em Lixboa a XXXI de mayo de M.DLXXXII. E eu Diogo Velho o fiz escrever.» (Arch. Nac, L.º XLV de Doações de D. Sebastião e D. Henrique, fol. 388).

«6:755 rs. no thesoureiro da chancelaria da casa do civel a Ana de Sá may de Luiz de Camões que

[1] O nome com que vem em Mariz e em outros que o seguiram.

[2] O nome com que vem nos documentos e em alguns auctores.

deos aja por outros tantos que ao dito seu filho erão devidos do primeiro de janeiro do anno de D.LXXX até dez de Junho delle em que faleceu a rasão de 15:000 rs. por anno de tença: em Lixboa a XIII de novembro de M.DLXXXII per dom duarte de castelbranco». (Arch. Nac., L.º III de Ementas, fol. 137).

«Dom Felippe etc. A quantos esta minha carta virem que avendo respeito aos serviços de Symão Vaz de Camóis e aos de Luis de Camóis seu filho cavaleiro da minha Casa e a não entrar na feytoria de Chaul de que era prouido e a vagarem por sua morte quinze mil reis de tença, ei por bem e me praz fazer merce a Ana de Sá molher do dito Symão Vaz e may do dito Luis de Sá de Camões de noue mil reis de tença em cada hum anno e dias de sua vida alem dos seis mil reis que já tem de tença pellos ditos respeitos pera que tenha quinze mil reis de tença em sua vida os quais noue mil reis de tença começará a vencer de desassete dias do mez de novembro do anno passado de M.DLXXXIV em diante em que lhe fiz esta merce e portanto mando aos vedores de minha fazenda que lhe fação asentar os ditos noue mil reis de tença nos livros della e despachar em cada um anno em parte onde aja delles bom pagamento, e por firmeza de todo lhe mandei dar esta minha carta de padrão por mim assinada e aselada com o meu sello pendente. Antonio Pereira a fez em Lixboa a cinco dias do mez de feuereiro anno do nacimento de Nosso Senhor Jesu Christo de M.DLXXXV e eu Manuel de Azevedo a fiz escrever.» (Arch. Nac., L.º XI de Doações de Filippe I, fol. 132).

Nos trez documentos que acabamos de ler vemos sempre Anna de Sá como mãe de Luiz de Camões, accrescentando-se no terceiro que era mulher de Simão Vaz de Camões; e allegam-se para as mercês que lhe são feitas os serviços de seu marido, os de seu filho na India e no reino, e não haver tornado effectiva n'este a concessão de feitoria de Chaul, ser ella muito velha e pobre, e não ficar do dito seu filho herdeiro, isto é, não lhe ficarem filhos, que eram herdeiros forçados, pelo que a herança tocava á dita sua mãe. Seriam estas as palavras officiaes se se tratasse no caso supposto de uma madrasta? Só por favor especial, não havendo herdeiros, e tendo attenção aos serviços do enteado, e juntamente aos que ella lhe houvesse prestado, se poderiam conceder taes mercês; e então expressar-se-hia bem claramente a qualidade de Anna de Sá, por exemplo, juntando lhe ao nome as seguintes palavras: mulher de Simão Vaz de Camões, pae do dito Luiz de Camões; e reforçar-se hiam as rasões da graça que lhe ia ser outorgada com estas outras: attendendo ao muito amor com que criou o dito Luiz de Camões, como se fosse sua mãe natural e legitima, etc., redacção, mutatis mutandis, dos documentos de similhante especie. Anna de Sá alcançou portanto a mercê de seis mil réis de tença, dos quinze mil réis que tinha Luiz de Camões, seu filho, e a desenove mil réis dos mesmos quinze mil réis d'elle por ser herdeira legal dos seus serviços, e, o que é mais, recebeu até, como sua herdeira legal, o que se devia ao dito seu filho, desde um de janeiro até dez de junho de mil quinhentos e oitenta, data do seu obito. E assim devia ser tudo, pois tudo lhe pertencia, segundo as Ordenações Manuelinas, n'aquelle tempo em vigor, as quaes preceitoavam que os paes herdariam todos os bens do filho fallecido, com exclusão dos filhos sobreviventes, irmãos do defunto, morrendo elle sem testamento, e as duas terças partes, ficando testamento, no que tambem se comprehendia o direito á recompensa dos serviços que o mesmo houvesse prestado.

«Todos os trez documentos, accrescenta o sr. Storck, dão á mãe do poeta o nome de Anna de Sá; nem uma só vez lê-se Anna de Macedo ou Anna de Sá e Macedo Porque? — A prolixidade estylistica dos decretos, principalmente quanto a nomes e titulos, (consequencia das minucias com que os peditorios os costumam detalhar), nos leva a suppor que ambos os nomes de familia seriam mencionados nos alvarás de mercê, caso competissem de facto á mãe de Camões, isto é, se Anna de Sá e Anna de Macedo fossem realmente a mesma pessoa.

«Mas o facto era que a segunda mãe do poeta não se chamava Anna de Macedo. Portanto as suas petições (conjectura o sr. Storck) vinham assignadas simplesmente: Anna de Sá. No ultimo requerimento (1584) — a julgarmos dos seus reflexos na resposta —, ella firmara Anna de Sá de Camões, de onde proveio a erronea designação do filho-enteado como Luiz de Sá de Camões».

No tempo do nosso poeta não havia prolixidade nos nomes dos portuguezes; pelo contrario, sobriedade, e essa sobriedade ainda parecia muitas vezes fartura a seus donos e aos redactores dos documentos officiaes, que uns e outros os encurtavam a seu bel prazer; e foi isso talvez o que motivou a omissão do appellido Macedo, se em verdade Anna de Sá o tinha. Na carta de perdão de Luiz de Camões de 7 de março de 1553, existente no Archivo Nacional da Torre do Tombo, e que o visconde de Jeromenha publicou entre as notas do primeiro volume da sua edição das obras do grande épico, se observa um exemplo d'essas omissões, pois ahi se chama ao pae d'este simplesmente Simão Vaz; e o mesmo acontece nas listas que Faria e Sousa achou na casa da India, e que adiante publicaremos. Podia Anna de Sá, se tinha esse appellido, usal-o nos seus requerimentos; e, apezar d'isso, os empregados que escreveram os documentos, quer de proposito, quer por inadvertencia, não lh'o porem n'elles; mas o mais provavel é que não o usasse por não apparecer nunca. O proprio Camões é outro exemplo d'essas abreviaturas. Só na mencionada carta de perdão se lhe chama Luiz Vaz de Camões, e em todos os outros documentos Luiz de Camões, provavelmente porque se assignava d'este modo, contraindo o nome, o que acontece muitas vezes entre os homens de lettras. A omissão portanto foi por uma das duas causas que indicámos, e não porque Anna de Sá e Anna de Macedo fossem duas pessoas distinctas.

(Continúa) *Ramos Coelho.*

SCENAS MARITIMAS

(AO BRILHANTE HISTORIADOR BULHÃO PATO)

(Concluido do n.º 469)

A bordo da *Corsaire* já começava o fogo que se apresentava bem nutrido; já algumas balas francezas levantavam no dorso das ondas alguns borrifos que atrevidamente saltavam para o brigue. Dura rajada levára pela borda fóra o bonet de Jorge da Ribeira, e a sua bella cabeça, de olhar corruscante, parecia envolver a *Corsaire* n'uma facha de morte.

A figura d'este homem, assim postado com firmeza no banco do quarto e destacando fortemente do azul esbranquiçado pelas nuvens, tinha um aspecto estranho... Nos labios premidos do *Tio* bem se via que não era facil empreza a de uma lucta com elle ou com gente que elle dominasse...

Com voz clara e breve incitava:

— Fuzileiros, não façam pontarias sem alvejar... Agora nos! Carrega a vella grande! Artilheiros, sentido! A estibordo, em toda a bateria; — fogo!

Quando partiram ao mesmo tempo as oito balas, o *Leal* quasi saltou nas aguas; e, por pouco que não perderam, todos, o sentimento do tacto pelo effeito medonho da detonação.

— Lesto a virar! Ala braços! Caça! A bombordo. — fogo!...

E, por uma manobra habil, o brigue deu outra banda na corveta.

Comtudo o final do combate não podia ser duvidoso para ninguem. A artilheria dos francezes era de maior calibre e mais numerosa. O *Leal* molestava fortemente a corveta parecendo, por pequeno que era, uma toninha luctando com uma baleia.

O convez do *Leal* começava a ser empachado de cabos e madeira; honrados destroços que a lucta ia mostrando...

No mais aceso da batalha o capitão dissera alguma cousa em particular ao *Calhote*, por isso que este desappareceu immediatamente pela escada da camara.

....

Continuava o tiroteio de parte a parte, no meio de nuvens de fumo, do cheiro da polvora e dos rubros relampagos da artilheria; as detonações eram de ensurdecer... Mas, no maior fragor da peleja, o José Maria como que intervio um homem, de uniforme francez, sahir das portinholas do brigue. Depois, porque o fumo pela sua densidade tornasse a cercar o espaço entre francezes e portuguezes, nada pode ver. No entanto deu parte do caso ao commandante. Jorge da Ribeira sorriu-se amargamente:

— Não pense tal, homem!

Que importava ao Ribeira que sahisse ou entrasse um francez no brigue se dentro em pouco iriam todos pelo ar.

José Maria não ficou satisfeito, porem nada retorquiu; para elle, o commandante era um oraculo.

O combate recrudescia com maior fragor, a athmosphera saturada de polvora, a fumarada chegava a empallidecer o clarão vivissimo que brotava continuamente das dezeseis bocas de fogo do *Leal*... Por vezes, entre o nevoeiro da peleja, ou fuzilava o olhar de uma physionomia, ou faiscava flamejante o sabre de Jorge da Ribeira que parecia achar-se em todos os pontos do combate; gritos constantes:

— Bombordo! Fogo!

— Estibordo! Fogo!

— Fuzileiros! Fogo vivo!

— Viva Portugal!

— Morram os *corsos!*

Por momentos pareceu ouvir-se de bordo da *Corsaire* bradar:

— *A l'abordage chiens portugais!*

Alguns marinheiros do brigue correram em tropel para o capitão Jorge:

— Commandante! elles pedem abordagem!

— Silencio, meus filhos, nós lh'a daremos, não perdem com a demora... Fogo na bateria inteira! Vá rapazes... Viva Portugal!

— Viva!... Viva o capitão Jorge!

— A's baterias, ao convez!

— Morram os *franchipânas!*

Jorge começava de avincar a testa, olhando do alto do *banco do quarto*, onde a manobra da artilheria se tornara difficil, pelo cahos de massame, poleame e alguns cadaveres portuguezes, honrados despojos, que juncavam o convez. A rendição do *Leal* era inevitavel! Porém...

— Que significa isto!? exclamou o Ribeira.

Os francezes combatiam sem bandeira, e o fogo da *Corsaire* era bastante rareado. O fumo principiava a dissipar se. Um marinheiro francez, o que era facil perceber pelas guarnições vermelhas da camisola de alcaixa, nadava para o *Leal*.

....

Recommendava o capitão Jorge:

— Ninguem atire áquelle homem! Cessar fogo! Agora, cuidado! Isto pode ser uma traição!

Mas... a bordo do francez tambem cessavam fogo! Quando, com surpreza de toda a gente do brigue, e sob a abobada de bayonetas que o esperava ameaçadora, surgio no convez o *Calhote* com o seu uniforme francez, pingando agua salgada sobre o sangue e mais destroços que alastravam o convez. Elle então explicou, com o alvoroço proprio de quem acaba de praticar um acto heroico:

— Como veem, o francez sou eu; larguei fogo ao paiol do *frauchinote!* E afastemo-nos, quanto antes, da corveta, senão... vamos todos para o ar! Ainda ha 10 minutos!... a corrente separa-nos da Corsaire, e o vento vae refrescar. .

De facto não havia tempo a perder. A desordem a bordo da *Corsaire* era manifesta; não deixava duvidas a ninguem.

José Maria olhou com amor o *Calhote* e murmurou tremente de enthusiasmo:

— Valente rapaz!

Jorge da Ribeira ajudava a desempachar o convez como qualquer marujo, e dirigia:

— Leva de rumor! obras na mão! Ligeiro! Lesto! Caça!...

O immediato, o contramestre Cosme, e o *Calhote* ajudavam o *Tio*; e a gente corria á manobra que se executava com rapidez assombrosa.

....

O *Leal* pouco molestado ficára, porque mui bem manobrado, esperava sempre de prôa as bandas da *Corsaire*.

N'um momento pois cobriu-se de panno o brigue, distanciou-se da corveta a bordo da qual se via bastante fumo e confusa grita; de repente... chamma alterosa elevou-se no espaço seguida de terrivel estampido!........................

....

Fizera explosão o paiol da *Corsaire*

....

Dias depois do tragico acontecimento, demandava a barra do Tejo o brigue *Leal*, coberto de gloria e com os porões abarrotados de custosos despojos.

*
* *

Jorge pensou que fora a *sua boa estrella* que lhe dera a victoria, por isso que tendo mandado o *Calhote* largar fogo ao paiol do *Leal*, este se salvara explosindo a corveta.

Como fora isto?

O valente rapaz havia servido em França, quando prisioneiro com o capitão Jorge da Ribeira, e ao receber ordem d'este para gloriosamente estourar o brigue, não poude conformar se com a ideia de ver o *Tio* ir feito em pedaços pelos ares com o *Leal*; e vestindo o seu antigo uniforme de marinheiro francez que sempre guardara, atravessou a nado, sob o fogo da artilheria de portuguezes e francezes, o espaço entre os dois navios; e appareceu na coberta da *Corsaire*, atravez da fuma-

ceira do combate; nem por elle deram os francezes. Demais o rapaz servira com Surcouf na propria *Corsaire*. Achou-se em terreno conhecido; foi direito ao paiol que apenas estava guardado por um pobre diabo cujo grito— «*Aux Armes!...*» ficou cortado pela faca do *Calhote*, em seguida começou a gritar como um possesso.

— Os portuguezes deram a abordagem corra tudo acima! Ficando só e senhor do campo, viu que não havia tempo a perder, accendeu um morrão que duraria uns dezoito minutos a chegar aos barris de polvora; fechou o paiol á chave, atirou com esta ao mar, sobiu ao convez, e na baralha da lucta desfechou a salvo um tiro contra a adrissa da bandeira, e acto continuo as *aguias* cairam na agua. Desceu como um raio á coberta, enfiou pela primeira portinhola que se lhe deparava e nadou para o brigue como um peixe.

O resto sabem os leitores.

*
* *

Finalmente a 2 de outubro de 1810 fundeava no Tejo, norte-sul com o Arsenal da Marinha o heroico brigue *Leal* ao som das salvas do estylo.

Jorge da Ribeira foi bizarramente recebido pela regencia que ficou surprehendida pela forma como o *Leal*, de dezeseis canhões, vencera a *Corsaire* de vinte e quatro!

Sua alteza real o principe regente (depois el-rei D. João VI) apenas viu n'aquelle feito de temeridade, mais uma manifestação do Poder divino em favor da casa de Bragança...

E á custa do acto de arrojo do ignorado filho do povo, o grumete *Calhote*, conseguiu o mysterioso Capitão Jorge resgatar o tempo que, prisioneiro, servira o *senhor de Buonaparte*.

Manoel Barradas.

REVISTA POLITICA

Duas questões importantes se tem ventilado na imprensa e no parlamento, n'estes ultimos dias, questões que vem de longe, mas que só agora entraram no periodo agudo.

Trata-se da reforma das pautas alfandegarias, e da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes.

A reforma das pautas é um negocio corrente, que tanto preoccupa o nosso paiz como outras nações que n'este momento se estão occupando do mesmo assumpto, sob o ponto de vista de protegerem as suas industrias, porque hoje a ideia dominante de toda a administração publica é o proteccionismo; mas este negocio que em outras nações mais adiantadas é, porventura, de uma mais facil solução, no nosso paiz é difficilimo de resolver, pelo atrazo em que a maior parte das suas industrias se encontram, e ainda pela dependencia em que muitas d'ellas estão de outras industrias estrangeiras, para poderem produzir, devido á falta de materias primas nacionaes e mechanismos que lhe dêem vida propria.

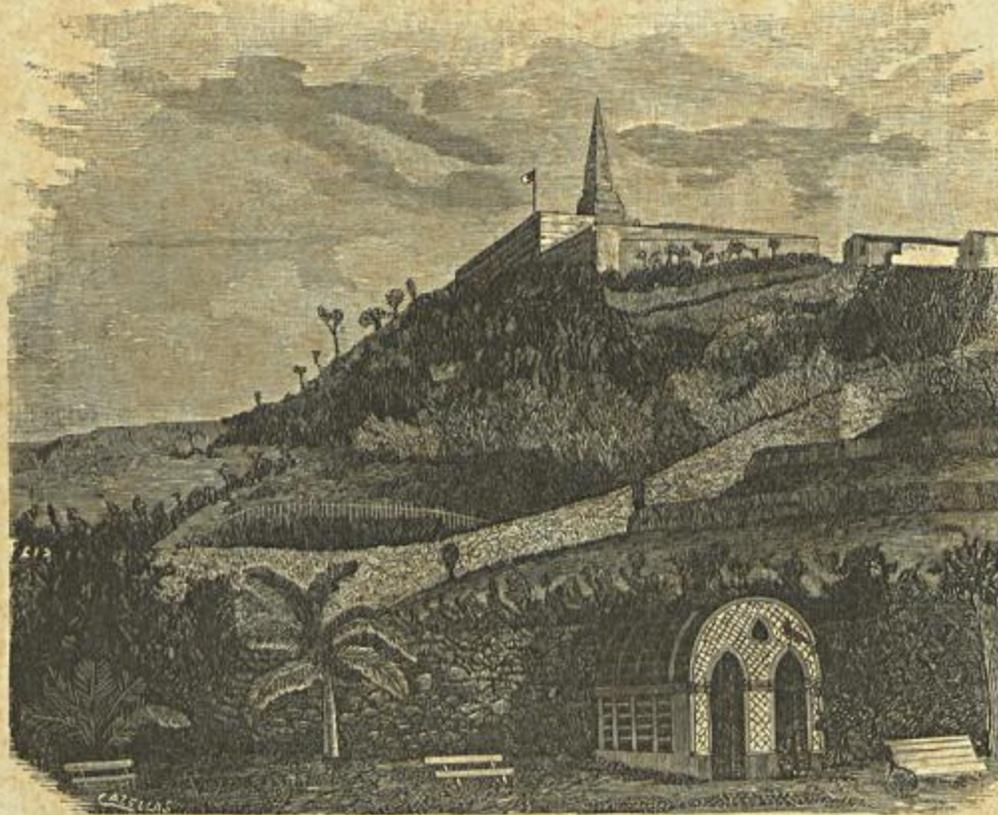
Além d'isto ha ainda a attender que a protecção a umas industrias prejudica ou mesmo aniquila outras, como virá a acontecer com o exaggerado proteccionismo que se quer dar á industria do papel de impressão em detrimento da industria typographica.

Ora a industria do papel de impressão importa o melhor da sua materia prima e occupa quando muito 500 a 600 braços; a industria typographica vive mais independente da importação estrangeira e occupa 5:000 a 6:000 braços.

Se por esta simples amostra fôrmos a avaliar a remodelação que se está fazendo nas pautas, receamos muito que em vez de nos benzermos quebremos o nariz.

Não confiamos demasiadamente na tal reforma porque, além de n'ella se envolver um jogo de interesses em que a abelhuda politica se está mettendo, a ausencia de conhecimentos industriaes em quem tem que legislar sobre o assumpto, faz prever a continuação das anomalias que se encontram nas nossas pautas.

E não queremos com isto passar diplomas de ignorancia aos legisladores, que aliás poderão ser doutores em varias sciencias, mas como não baste ser doutor para se saber como se faz papel ou como se faz tinta de escrever, d'ahi vem a ignorancia sobre materias industriaes, que caracterisa a maioria do paiz incluindo até muitos dos proprios industriaes, ignorancia de que é culpada a educação nacional que vem de longe, a que bem se póde applicar a phrase moderna de—educação nephelibata.

Se em toda a parte não é empreza facil o fazer leis aduaneiras, no nosso paiz essa empreza é difficilima dadas as circumstancias que deixamos apontadas.

MONUMENTO A D. PEDRO IV, NA ILHA TERCEIRA
(Segundo uma photographia do sr. conselheiro José Julio Rodrigues)

Em todo o caso este negocio é muito mais viavel que o outro da companhia dos caminhos de ferro.

As pautas serão discutidas, serão approvadas, e se não poderem satisfazer a todas as necessidades da nossa industria, alguma cousa sempre esta aproveitará e o paiz; mas a questão dos caminhos de ferro é que não é nada viavel porque anda descarilada como quasi tudo n'esta boa terra.

Não comprehendemos como os governos deixaram correr á vontade os negocios da companhia a ponto d'esta se comprometter tão gravemente, tendo os mesmos governos um fiscal seu junto da companhia para lhe vigiar os actos.

Se o fiscal do governo não preveniu este, logo que viu a companhia principiar a descarrilar, grande responsabilidade lhe cabe, se o preveniu e o governo deixou correr o marfim, foi este um péssimo administrador, porque não accudiu ao que era da nação.

É necessario pôr as cousas no seu verdadeiro campo e deixar as encruzilhadas por onde se tem querido desviar.

Os caminhos de ferro explorados pela Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes são, primiro que tudo, uma propriedade da nação de que a companhia é a usufructuaria por 99 annos.

A nação é a proprietaria porque o governo, como seu administrador, cedeu á companhia os terrenos que eram seus para ella assentar as suas vias, subsidiou com quatro e cinco mil libras por kilometro a construcção d'essas vias, facilitou com leis a expropriação de propriedades particulares que a companhia precisou adquirir, isentou de impostos por 20 annos o material de circulação e vias que ella importou, deu-lhe, emfim, privilegios e garantiu-lhe juros ás suas acções, e tudo isto com a condição de no fim de 99 annos, a companhia entregar á nação as suas vias ferreas e dar á mesma nação parte dos seus lucros logo que estes attingissem uma certa somma.

Sendo isto assim em bom direito, como é que o governo deixou chegar as cousas ao ponto em que estão?

Vê-se que os governos não fiscalisaram como lhe cumpria os negocios da companhia, e que estes negocios correram desgraçadamente, tão desgraçadamente, que tendo a companhia um rendimento annual de tres a tres mil e quinhentos contos, não tem um real para pagar os seus coupons.

N'estas circumstancias os obrigatarios reclamam os juros das suas obrigações, e esses obrigatarios, na sua maioria francezes, vem pedir contas á companhia.

Os accionistas reunem-se e elegem uma commissão de syndicancia, para syndicar dos actos praticados pela gerencia, actos que os proprios accionistas approvaram, gerencia a que deram votos de confiança.

Como póde essa commissão desempenhar-se do seu encargo, e que confiança póde ella inspirar ao governo e aos obrigatarios?

N'estes casos pódem os obrigatarios tomarem conta dos negocios da companhia, abrirem-lhe uma fallencia e explorarem as linhas por sua conta até se pagarem?

Pódem, mas não se lhes deve permittir esse recurso, porque esses obrigatarios são estrangeiros, e é facil de prever as consequencias que d'ahi adviriam para o nosso commercio e viação das mesmas linhas exploradas por credores.

Mas então quem ha de intrevir n'este negocio?

O directo senhor que é o governo da nação, pedindo contas a quem as deve pedir e estabelecendo um convenio em que salve os seus direitos de proprietario.

Tudo que não seja isto é fugir do caminho direito e complicar cada vez mais este desgraçado negocio, que não só importa o descredito da nação, como a perda de uma propriedade, que tão largamente subsidiou e pela qual tem feito tantos sacrificios.

Mas agora reparamos que caminho direito é coisa por onde ha muito se não sabe por cá andar.

João Verdades.

Adolpho, Modesto & C.ª — Impressores
Rua Nova do Loureiro, 25 a 43